

União só recuperou 1% do que ^{CPI - Orçamento} 'anões' desviaram

JORNAL DO BRASIL 19 DEZ 1993

OSWALDO BUARIM JÚNIOR

BRASÍLIA — O governo só pôs a mão, até agora, em 1% do total de recursos desviados pela máfia do Orçamento que são, exatamente, os US\$ 1.893.430,00 de parte do total apreendido na casa do ex-assessor do Senado e ex-diretor do Orçamento da União José Carlos Alves dos Santos, além de US\$ 300 mil que ele havia entregue à polícia de Brasília para pagar o suposto seqüestro de sua mulher, Ana Elizabeth Lofrano Alves, que morreu assassinada a mando dele. Ainda assim, não é definitiva a posse dos dólares, que ficarão depositados no Banco Central até que decisão judicial indique o destino dos recursos: a Fazenda Nacional ou os filhos do ex-assessor do Senado que denunciou o esquema de corrupção montado no Congresso pelo deputado federal João Alves (sem partido-

BA) e confessou ser dinheiro de propina.

O relator da CPI do Orçamento, deputado federal Roberto Magalhães (PFL-PE), tem pouca esperança da recuperação de todo o dinheiro perdido — só a Subcomissão de Subvenções Sociais estima um desvio de US\$ 200 milhões dos US\$ 643 milhões repassados a entidades assistenciais nos últimos anos, com base no cálculo preliminar de que um terço do dinheiro escorreu para as contas pessoais de parlamentares, seu parentes ou prepostos.

Parar a sangria — Até o início do mês, foi comprovado o desvio de US\$ 50 milhões em US\$ 168 milhões analisados. “É muito difícil reaver as subvenções pagas porque a maioria das entidades que recebeu dinheiro não possui bens suficientes para cobrir o rombo”, afirma Magalhães.

“O mais importante não é buscar o que se perdeu, mas parar com a sangria dos cofres públicos”, raiocina o deputado.

O ressarcimento do prejuízo que a quadrilha do Orçamento causou à Fazenda Nacional, no entanto, será reclamado pela Procuradoria-Geral da República após a conclusão do relatório da CPI, que poderá pedir o seqüestro de bens dos envolvidos. No caso das subvenções, afirma Magalhães, será mais fácil cobrar dos acusados em que estiver comprovado o enriquecimento ilícito.

A maior dificuldade, na opinião do relator, será comprovar transferências ilegais de recursos a empreiteiras. Isto só ficará caracterizado em caso de superfaturamento de obras públicas investigadas pela CPI.

“Só se dá o prejuízo se há empreitada superfaturada, porque ainda que tenha havido propina, pode não ter havido prejuízo para

a Fazenda”, explica o deputado e jurista. “Da mesma maneira um deputado é obrigado a ressarcir a União se for julgado como tendo enriquecido com dinheiro público”, conclui.

Cada processo terá que ser aberto separadamente mas, até agora, nem mesmo José Carlos dos Santos foi indiciado pelo delegado Magnaldo Nicolau no inquérito aberto pela Polícia Federal. O dinheiro mais próximo de confisco é mesmo o do economista — além de US\$ 2,19 milhões em *cash* (parte sob sua cama, parte em um fundo falso de um armário, parte em um cofre bancário e o restante entregue à Polícia Civil), há US\$ 500 mil depositados em agência do Banco Nacional nas Baamas e em Nova Iorque, num total de US\$ 2,69 milhões.

Brindes — De acordo com Ro-

berto Magalhães, dificilmente serão confiscados os brindes distribuídos pelas empreiteiras aos envolvidos com o esquema, exceto os sete quadros com valores entre US\$ 2 mil e US\$ 7 mil presenteados à deputada Roseana Sarney (PFL-MA), o governador Joaquim Roriz (Distrito Federal) e o ex-secretário-executivo do Ministério da Fazenda Luiz Antônio Gonçalves, entre outros.

“O resto são uísques, canetas, coisas de menor valor”, afirma o deputado.

O esquema montado pela Odebrecht, desvendado com os documentos recolhidos pela Polícia Federal na casa de um diretor da empresa em Brasília, Ailton Reis, revelou a existência de um cartel de empreiteiras com as mesmas características do esquema PC, afirma Magalhães.

“São organizações semelhan-

tes”, acredita, que poderão se cruzar quando for feita a análise de cada caso, uma vez que Paulo César Farias montou um esquema com o qual obtinha propinas de empresários e as empreiteiras se organizaram para ratear obras e verbas públicas. “Em algum momento, poderá aparecer um como corruptor e um como corrompido”, disse o relator.

Magalhães também tem pouca segurança de que os corruptos deixarão de se instalar em Brasília acobertados por um mandato popular.

“Você cassa o corrupto mas não cassa o seu eleitorado. Então ele (o cassado, que mantém prestígio em seus redutos eleitorais) elege outro para mandar em seu lugar”, afirma o relator da CPI. “Enquanto houver miséria e clientelismo vai existir corrupção.”, conforma-se o deputado.